



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2ª ATA DE REALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 01/2022 - PMM

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de 2022, às 15h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se os membros titulares da equipe: Flávia Maria Nogueira Mattos, Alessandra da Silva Vargas, Raphael Pereira de Souza, Joana Darck Jasmim Faustino e Clenilda dos Santos Rodrigues, para proceder os registros das diligências apontadas no e-mail encaminhado para os leiloeiros participantes, assim como lavrados na primeira Ata. Em início a sessão destacamos as seguintes retificações: Quanto a documentação pendente “comprovante de identificação, documento auxiliar do CPF” citada na 1ª Ata, favor desconsiderar; uma vez que o Edital solicita apenas o comprovante do CPF. O documento de identificação complementar pode ser consultado por esta comissão. Tal equívoco ocorreu devido equívoco no checklist de análise. Sobre a pendência na documentação referente a CND de falência e concordata ou recuperação judicial do leiloeiro **Fernando Caetano Moreira Filho**, verificamos que o mesmo já havia apresentado junto a documentação entregue no primeiro momento, conforme fls. 30 da documentação. Retificamos também que a CND municipal emitida pela prefeitura da cidade de Sumaré é conjunta, ou seja, a CND apresentada pelo leiloeiro **Gustavo Moreto Guimarães de Oliveira** atende ao exigido no Edital uma vez que abrange a Fazenda Municipal e a Dívida Ativa. Nesse sentido, os dois leiloeiros supracitados não possuem pendências na documentação apresentada. Quanto as pendências do leiloeiro **Edgar de Carvalho Junior**, ressaltamos que o mesmo encaminhou e-mail informando que a exigência da comprovação de regularidade e situação de contribuinte individual perante a Previdência Social do item 5.3.2 “b” não se faz necessária, uma vez que tal informação consta na CND para com a Fazenda Federal; considerando que a comprovação de regularidade e situação de contribuinte individual perante a Previdência Social está contida na alínea “c” do parágrafo único do artigo 11 da lei 8.212/91 e a CND para com a Fazenda Federal abranger as alíneas de “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da lei 8.212/91, confirmamos que a informação exigida no item 5.3.2 “b” realmente encontra-se unificada na CND para com a Fazenda Federal. Desta forma, considerando ainda a retificação supracitada quanto o CPF, restou apenas a pendência da declaração 5.3.2 “d -a”, que foi devidamente sanada via envio de documentação por e-mail. A leiloeira **Juliana Sevidanes de Araújo** sanou devidamente a pendência acerca da declaração do item 5.3.2 “d -a”. e quanto a exigência de saneamento da pendência da documentação complementar do CPF, a mesma deve ser desconsiderada conforme supracitado; e nesse sentido, essa mesma

pendência registrada do Leiloeiro **João Emílio de Oliveira Filho** e **Pedro José de Almeida Neto** também devem ser desconsideradas. Tendo apenas o Leiloeiro **Pedro José de Almeida Neto** apresentar os documentos originais entregues em cópia simples, para fins de autenticação. Quanto a pendência dos leiloeiros **Lucas Rafael Antunes Moreira e Jonas Gabriel Antunes Moreira**, foi enviado por e-mail relatório do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em resposta ao leiloeiro **Fernando Caetano Moreira Filho**, que para pessoa física a certidão emitida é a Certidão cível de execução cível negativa, que não há emissão de CND de falência e concordata ou recuperação judicial para pessoa física, apenas para pessoa jurídica. Considerando que o documento foi enviado em nome do leiloeiro **Fernando Caetano Moreira Filho**, foi feita diligência no próprio sítio da TJMJ e confirmado o caso supracitado. O leiloeiro **Ruan Carlos Chaves Gotardo** deve desconsiderar a pendência acerca do comprovante de inscrição e regularidade perante a Previdência Social, item 5.3.2 “b”, conforme já justificado, entretanto com relação as certidões de falência, concordata e recuperação judicial, foi observada a seguinte situação, na declaração de pedido de credenciamento e comprovante de residência, é informado que o endereço é em Chácara Flora - Petrópolis. Tanto que a CND para com a fazenda Municipal apresentada é do município de Petrópolis e as certidões apresentadas são referente ao Distrito Federal e Rio de Janeiro. Nesse sentido, aguardamos posicionamento e saneamento da pendência. O leiloeiro **Alex Willian Hoppe** ainda não apresentou a CND de antecedentes criminais no âmbito estadual, não apresentou a CND para com a dívida ativa municipal, item 5.3.2 “d” e a declaração do item 5.3.2 “d -a”. A leiloeira **Sandra Regina Sevidanes Rodrigues** apresentou a declaração do item 5.3.2 “d -a”. e quanto a comprovação do documento auxiliar do CPF deve ser desconsiderado como pendência, de acordo com a justificativa mencionada anteriormente. A leiloeira **Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros** apresentou a declaração do item 5.3.3 “b”. De acordo com o item 6.15 permitiremos a possibilidade de saneamento das pendências; contudo, após o prazo do resultado não será possível. Por fim, registramos que houve atrasos nos trabalhos devido inconsistência do sistema, que ocasionaram perda e não salvamento de documentos produzidos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Equipe designada para o processo de credenciamento 01/2022.

Maricá, 18 de novembro de 2022.

Membros Da Equipe
Flávia Maria Nogueira Mattos

Alessandra da Silva Vargas

Raphael Pereira de Souza

Joana Darck Jasmim Faustino

Clenilda dos Santos Rodrigues